

ANC P2

Multinacionais vão manter a campanha contra a xenofobia

SÃO PAULO — As empresas de capital estrangeiro estabelecidas no Brasil continuarão sua campanha de esclarecimento na Constituinte e, depois dela, no Congresso Nacional, principalmente em relação ao parágrafo 2º do Artigo 177 da nova Carta, que deverá passar por um processo de regulamentação da alçada do próprio Congresso. A informação foi dada pelo Presidente da Siemens no Brasil, Herman Wever, para quem o emocionalismo e a xenofobia só prejudicarão o País.

Diz o parágrafo 2º: "Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional".

Herman Wever observou que espera a compreensão dos Constituintes, pois o tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional implica o fortalecimento da reserva de mercado, "o que não interessa aos que pensam em desenvolvimento".

— Com a nova Carta oficializa-se não apenas a reserva de mercado da informática, que é

vertical, mas busca-se a reserva horizontal, quando se proíbe o Governo de fazer suas compras junto a empresas instaladas no País. E isto é um absurdo quando se pensa em um mercado livre, em que o vencedor de uma concorrência será o que apresentar um produto mais atualizado em nível de desenvolvimento tecnológico.

Ele observou que da parte dos empresários estrangeiros há o maior respeito em relação aos Constituintes. E acrescentou:

— Estamos aqui investindo, gerando novos empregos. As multinacionais têm investidos aqui cerca de trinta bilhões de dólares, uma quantia ponderável, que faz parte do patrimônio nacional. Se o parágrafo segundo do Artigo 177 for aplicado do jeito que está redigido, sem dúvida alguma teremos um confronto entre funcionários de dois tipos de empresa — de um lado, os que trabalham em empresas com capital estrangeiro; de outro, funcionários de companhias de capital nacional. Isso é um absurdo que precisa ser evitado.

1988

O GLOBO